

Gísli Pálsson, Anthropology and the New Genetics, Cambridge, New York, Cambridge University Press, series “New Departures in Anthropology”, no. 4, 2007, 268 páginas.

Gísli Pálsson é professor de Antropologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Islândia. Nos últimos anos tem desenvolvido investigação sobre genómica, tratando-se de um renomado especialista em impactos sociais da biotecnologia, em particular no que concerne à recolha, armazenamento e circulação de material biológico humano e informação médica. É autor, co-autor e organizador de diversos livros, nomeadamente *The Textual Life of Savants: Ethnography, Iceland, and the Linguistic Turn* (1995, Harwood Academic Publishers), *Travelling Passions: The Hidden Life of Vilhjalmur Stefansson* (2005, University of Manitoba Press and University Press of New England) e *Nature and Society: Anthropological Perspectives* (1996, Routledge).

Detentor de vasta experiência de trabalho de campo em contextos diversos, nomeadamente na Islândia, no Ártico canadiano e na República de Cabo Verde, o seu livro mais recente, *Anthropology and the New Genetics*, resulta em boa medida de aturado trabalho etnográfico num dos laboratórios da empresa multinacional deCode, uma das companhias líderes mundiais em biofarmácia e genética. Conhecida pela aplicação da investigação à genética

populacional no sentido de isolar os genes responsáveis por várias doenças — desde o cancro a doenças cardiovasculares — e de desenvolver novas drogas terapêuticas, esta empresa, fundada em 1996, em resultado de um consórcio entre a Islândia e os Estados Unidos da América, ganhou notoriedade internacional pela participação no polémico projecto de construção de uma base de dados genéticos e médicos de toda a população islandesa (aprovado em 1998 pelo parlamento islandês).

Tendo em vista o desenvolvimento da investigação na área da biomedicina, geneologia e farmacêutica personalizada, os objectivos — científicos e mercantis — da deCode conjugaram-se com os interesses políticos do Ministério da Saúde islandês, formando deste modo um complexo sociotécnico que ilustra alguns dos debates mais intensos dos impactos sociais da biomedicina e da bioinformática. A perspectiva antropológica é assim convocada a analisar o desenvolvimento e implicações das práticas científicas associadas à visualização e sequenciação dos genes e a identificar os imaginários sociais e as relações que emergem da investigação sobre o genoma humano e a diversidade genética.

O fundo empírico deste livro resulta de trabalho etnográfico com base na observação directa dos cientistas que trabalhavam, em 2000, num dos laboratórios da deCode na Islândia e em entrevistas com interlocutores-chave. Contudo, o autor estende a análise a outros projectos de investigação similares, alguns dos quais com ressonâncias mundiais e que resultam de actividades de cooperação entre cientistas, indústrias farmacêuticas e governos nacionais. Tanto o projecto do genoma humano como o projecto da diversidade do genoma humano e outros estudos de âmbito regional e nacional dirigidos a grupos particulares de pacientes (ou, no caso da Islândia, a toda a população) têm como objectivo comum mapear e sequenciar o genoma humano e desenvolver meios para aplicar informação genética no estudo da biologia e da medicina na descoberta e desenvolvimento de novos fármacos. Nas palavras do autor, todos estes projectos dirigidos à compreensão da genética e evolução humanas ilustram o actual fascínio com o potencial da biologia molecular para o bem-estar humano, a curiosidade face à componente genética da história genealógica e a crescente e complexa imbricação da biotecnologia, medicina, informática, indústria e mercado farmacêuticos.

A cooperação transnacional de cientistas, as redes globais de organização e acção das indústrias farmacêuticas, ou os mecanismos internacionais de dinamização do mercado, fazem com que a governação da genética e da genómica deixe de se efectuar no âmbito exclusivo da regulação nacional. Este fenómeno surge na Islândia associado a intenso debate ético e político, objecto de amplo interesse público no que Gísli Pálsson designa por interacções “epigenéticas” — os modos pelos quais os genes se podem expressar diferentemente em resposta a distintos ambientes, embora mantendo inalterável a sequência do ADN do organismo humano.

O objectivo central do livro é, pois, explorar algumas das possíveis perspectivas antropológicas dirigidas à “nova genética”, tratando-se de um fenómeno global, assente na imbricação entre a investigação científica do genoma humano e a indústria farmacêutica e biomédica. Na perspectiva do autor, constroem-se novas práticas e saberes, emergem novas infra-estruturas e desenvolvem-se redes mais extensas de interacção, ancoradas num olhar e imaginário biologizantes, que redefinem alguns conceitos centrais na compreensão da identidade humana — e, diga-se, nucleares na formação da antropologia —, tais como os sentidos de pertença, de parentesco, de propriedade, de governação, de bem-estar, de interesse público, de moral, de individualismo e de “raça”.

Gísli Pálsson apresenta-nos uma proposta de “antropologia genómica” (p. 208) que envereda por estudos empíricos de cariz etnográfico, orientados para a compreensão do modo como a “nova genética” causa impactos sociais e, simultaneamente, potencia a emergência de novas relações sociais — que, de um modo geral, se podem designar como formas de “biossociabilidade” (p. 212) — sustentadas em inscrições corpóreas pelas quais as identidades étnicas estão contidas em identidades biológicas conferidas pelos genes. Propõe-se, assim, analisar algumas das profundas implicações nas reconfigurações das noções de bem-estar e de condição humana, provocando mudanças nos modos de pensar o corpo, a saúde, a responsabilidade individual e as relações entre peritos e leigos.

Torna-se central para a antropologia da genómica perceber quem são os actores envolvidos, em que circunstâncias os indivíduos e as populações são governados pela ciência genómica e pela biotecnologia e como se constroem conceitos regionais de identidade e de normatividade e moralidade da acção — política e científica. Essa ideia consolida a necessidade, desde há muito sentida pela antropologia e pelas ciências sociais em geral, de questionar criticamente o dualismo natureza/sociedade e físico-biológico/sociocultural. Reclama-se a urgência em ultrapassar a convencional divisão académica do trabalho, em expandir fronteiras disciplinares e em reimaginar o corpo e identidade humanos, possibilitando a enunciação de novas questões relativas ao “sobre quem somos” (p. 12), que comunidades e populações genéticas podemos construir, como é que podemos pensar e construir as relações sociais e as identidades com base na assunção da herança biológica partilhada.

As possibilidades em aberto para a extracção, armazenamento e circulação de amostras biológicas ganham hoje novos contornos com o crescente desenvolvimento de aplicações informáticas que permitem a construção de maiores e mais complexas bases de dados. Isto a par de um contexto social e de uma concepção do corpo favorável ao conceito foucaltiano de biopoder, tornando-se criticável sobretudo o controlo e os usos da informação obtida sobre o corpo humano. Este fenómeno da governação genética ganha par-

ricular relevo no caso da base de dados islandesa, que unifica numa só plataforma de informação as bases de dados de informação médica, genética e genealógica (contendo dados de toda a população islandesa desde 1915, reunidos sem o consentimento prévio, expresso e informado das pessoas). O escrutínio do capital genético das populações torna-se inevitável e é apresentado politicamente não só como necessário, mas também como desejável, na medida em que surge sob a égide da responsabilidade do Estado para o bem colectivo. De facto, a base de dados médico-genéticos está sob a custódia do Serviço Nacional de Saúde e foi reconfigurada pelo governo islandês como instrumento essencial para tornar o sistema de saúde mais eficiente e para permitir uma mais extensa monitorização dos cuidados de saúde, do impacto dos medicamentos e do papel dos estilos de vida na construção do bem-estar humano. Essa monitorização é apresentada ao público como suporte fundamental para produzir informação que sirva de base ao estabelecimento de práticas de investigação médico-farmacêutica e políticas de prevenção de doenças.

Uma base de dados universal, com acesso privilegiado a informação médica da parte de uma empresa multinacional, tem sido encarada pelos críticos como um dos primeiros e mais visíveis passos para um eugenismo e regime totalitário do século XXI. A compreensão da complexa intersecção da biomedicina, mercado e política, acompanhada daquilo que o autor considera ser uma crescente mercantilização do corpo (p. 123), projecta consumos de biotecnologia e atitudes perante o corpo constituintes de novas moralidades, que potenciam desigualdades sociais assentes em características genéticas e estilos de vida considerados adequados. Alguns dos grandes desafios colocados ao antropólogo consistem, neste contexto, em mapear os factores legais, éticos e sociais que influenciam a tradução e conversão de informação genética em contributos para a saúde humana, as implicações para os indivíduos e sociedade da crença na influência dos genes na formação de comportamentos e características humanas, e como indivíduos, culturas e religiões diferentes se posicionam face ao debate das fronteiras éticas no uso da genómica (p. 125).

Trata-se, indubitavelmente, de um livro que convoca o saber antropológico para a compreensão mais profunda dos impactos sociais dos processos de celebração da ciência e da tecnologia e das esperanças projectadas pela retórica da qualidade e excepcionalidade dos genes. Ao longo de oito capítulos, o autor explora várias vertentes do projecto sociotécnico islandês de construção da “cidadania genética” enquanto conceito que descreve os processos múltiplos e complexos, globais e regionais, pelos quais indivíduos e grupos se envolvem e reconstróem as suas identidades pelos encontros com a biotecnologia enquanto tecnologia, mas também como fonte de informação e poder (p. 139). As complexidades inerentes ao que podemos também

designar como biocidadania e à moralização do manuseamento e classificação do material biológico surgem articuladas com a mobilização de um conjunto de expectativas e de imaginários sociais em torno do impacto futuro da investigação genética e do uso do material biológico.

Helena Machado
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho